

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº, de 2007.

(Do Sr. Eduardo da Fonte)

Solicita realização de audiência pública para tratar de assuntos relacionados à Planos de Saúde, quanto a evolução dos preços dos planos de saúde nos últimos cinco anos e usabilidade dos planos.

Senhor **Presidente:**

Requeiro, nos termos dos arts. 255 c/c 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para tratar de assuntos relacionados aos **Planos de Saúde, quanto a evolução dos preços dos planos de saúde nos últimos cinco anos e usabilidade dos planos pelos consumidores de tais serviços**, requer ainda, que sejam convidados, os senhores:

- 1. Presidente do Bradesco Saúde, Sr. LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI**
End.: Rua Barão de Itapajipe 220 - Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ
Cep.: 20261-901 Fone: (21) 2503.1151
- 2. Presidente da Sul América Saúde, Sr. PATRICK DE LARRAGOITI LUCAS**
End.: Rua da Quitanda 86 - 5º andar - Presidência - Rio de Janeiro - RJ
Cep.: 20091-000 Fone: (21) 2506.8141
- 3. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS**
Sr. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

Para prestarem, pessoalmente, nesta Comissão, informações sobre a evolução dos preços dos planos de saúde e sua usabilidade pelos consumidores.

Justificação

É de conhecimento geral, que os preços cobrados pelos Planos de Saúde no Brasil, estão cada vez mais inviáveis, enquanto isso, os reajustes de salários não passam de índices no máximo conforme a inflação. Recentemente o IPEA analisou o período de 2001 à 2005, e constatou que o acumulado dos planos de saúde no período foi de 40,3%, enquanto a inflação específica apurada para o setor de saúde foi de 36,26%. Segundo dados do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que apura o IPCA (Índice de preços ao Consumidor Amplo), a taxa de inflação geral do período ficou em 43,44%, e a do setor de saúde, em 36,26%. Já o acumulado dos planos de saúde, que leva em conta todos os tipos de aumento (por faixa etária, data base etc.), foi de 40,3%.

Segundo estudo publicado em novembro/2006 por Carlos Octávio Ocké-Reis e Simone de Souza Cardoso, mostra também, que segundo dados do IBGE, os tetos anuais de aumento definidos pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), que atingem os planos contratados a partir de 1999, apresentam variação crescente após 2002, acima da do setor de saúde e da inflação geral. Isto indica, de acordo com os autores do estudo, que a agência, “de forma consciente ou não, fomentou uma política de recuperação de preços vis-à-vis à evolução dos custos do setor”. Tais estudos são consistentes e só veio referendar críticas que todos fazem a muito tempo. Ou seja a ANS parece não esta cumprindo seu papel. Pois na questão de reajuste esta faltando transparência. O consumidor hoje fica sem esclarecimentos sobre os critérios de diferenciação dos referidos planos, pois não há uma divulgação transparente quanto a forma de cálculo e aplicação de tais preços; acabando por configurar um efeito confiscatório para o consumidor de planos de saúde. Tal audiência visa esclarecimentos, quanto a composição e forma de cálculo de tais preços, e sua evolução ao longo destes últimos cinco anos. O que justificaria o reajuste de preços acima da inflação apurada? Estamos temerosos que a alta de preços dos planos de saúde acima de percentuais ajustáveis ao orçamento do

consumidor, possam trazer reflexos para a política de saúde, pois os aumentos dos planos ultrapassam a evolução do salário real, o que poderá forçar futuramente os usuários de tais planos a migrarem para o já sobrecarregado Sistema Único de Saúde, que hoje, já anda a trancos e barrancos. Imaginem senhores o caos que poderá ficar! Os planos de saúde precisam conscientizar que nem só de lucro vive o homem, pois caso contrário, estarão matando aos poucos a “galinha dos ovos de ouro”.

Diante de tão relevante tema, de interesse de toda a sociedade, solicitamos apoio dos nobres pares na aprovação deste requerimento, para realização desta audiência pública.

Sala das Comissões, em de junho de 2007

Eduardo da Fonte
Deputado Federal- PP/PE